

Ameaça de corte de recursos reforça expectativa de quadro sombrio à saúde

Ultra-sonografia não é especialidade médica

O presidente do Conselho Federal de Medicina, Waldir Paiva Mesquita, manifestou-se por ofício a todos os conselhos regionais alertando que ainda não há o reconhecimento do título de especialista em ultra-sonografia. O CFM destaca que há um grande volume de consultas a respeito da suposta especialidade médica, asseverando que "é inexistível a apresentação desta titulação para a execução do procedimento, o qual é de competência genérica dos médicos nos termos da Lei n.º 3.268/57.

Seccional de Umuarama com sede própria

A sede própria da delegacia seccional de Umuarama será inaugurada em 26 de setembro, em solenidade que terá a presença de diretores do Conselho Regional de Medicina do Paraná e médicos e demais profissionais de saúde da região Noroeste. A seccional tem na presidência Luiz Antônio de Mello Costa e na secretaria Guilherme Antônio Schmidt. A nova sede estará dotada de toda infra-estrutura. Além de Curitiba, o Conselho conta com unidades próprias em Guarapuava, Ponta Grossa e Londrina.

Mudanças no Jornal do CRM

O Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná, lançado em outubro do ano passado, está passando por sua primeira remodelação editorial e gráfica. O propósito maior é o de contemplar os profissionais médicos, demais leitores e parceiros comerciais com um informativo moderno, de visual agradável e com número crescente de informações e notícias atuais. O conselho editorial da publicação ressalta sua receptividade a críticas e sugestões de mudança que venham em benefício de sua qualidade e conteúdo. Com novo design, o **Jornal do CRM** passa a ser impresso em papel de qualidade superior.



Mesa diretora no encontro do Dia Nacional da Saúde

O Paraná está se mobilizando para tentar conter a pretensão do Governo Federal em promover uma reformulação na sistemática de repasse de recursos à área de saúde, o que, pela metodologia sugerida, vai representar redução de R\$ 12 milhões mensais ao estado, que atualmente vem recebendo R\$ 60 milhões. Em 5 de agosto, no Dia Nacional da Saúde, usuários,



Luciano Duccy

prestadores de de serviços e gestores do sistema e ainda representantes políticos realizaram encontro em Curitiba, tendo expressado indignação à posição do Ministério da Saúde, que viria contemplar com recursos estados que não investiram em saúde, em detrimento aos que investiram em benefício de sua população.

Além disso, a partir de novembro, com o fim do pagamento de 25% de abono atrasado, o fluxo de recursos vai decair, exceto se o Governo confirmar a revisão das tabelas de procedimentos do SUS. Desde a edição do Plano Real, que até agora acumula inflação de quase 70%, não houve nenhum reajuste além do abo-

no de 25% retroativo a julho de 95. O assunto é abordado nas páginas 6, 7 e 11, além do editorial da página 2, onde o presidente do Conselho empresta sua solidariedade ao movimento e cobra atitudes coerentes de nossos governantes para o resgate da dignidade dos serviços públicos de saúde.



Armando Raggio

Em defesa da promoção da saúde dos paranaenses

Desde a Lei n.º 8.080, que determinou a criação do SUS ao final da década passada, estabeleceu-se um modelo público de assistência que foi um grande avanço, pois garantiu a todos os brasileiros — de forma igualitária e universal — o direito de acesso à saúde. Filosoficamente o modelo é muito bom. Ressalte-se que muitos países buscaram no modelo brasileiro aspectos positivos.

Desde o início o sistema vem sendo aprimorado, corrigido em suas distorções, estabelecendo melhor gestão, combatendo fraudes, valorizando a descentralização e fortalecendo a municipalização. Avançou-se para o processo de democratização, aproximando gestores, usuários e prestadores de serviços e fazendo com que os conselhos municipais decidam onde priorizar os investimentos.

Com todos esses avanços no sistema, hoje a implantação da NOB/96 modifica o modelo assistencialista, que é baseado no número de atendimentos para a promoção da saúde. Infelizmente, persiste um grande defeito: não existe uma fonte segura de recursos. O orçamento é insuficiente

para a atenção máxima da saúde.

É como colocar uma boa semente num solo árido, inviável, e não disponibilizar todos os cuidados para ela germinar, fazendo crescer uma planta forte e sadia e livrando-se de ervas daninhas, que vivem parasitando e sugando o melhor nutriente. Que deixam apenas uma maior toxicidade, exaurindo a melhor seiva.

Sempre aceitamos de maneira muito passiva o argumento de que não existem recursos. Eles existem. Só que não são aplicados de forma suficiente e coerente. Estamos muito preocupados com o que pode acontecer com o quadro da saúde no Paraná, caso se confirme o desvio de parte dos já escassos valores que são repassados à “nossa terra”.

Hoje já gastamos mais de R\$ 1,00 por cidadão paranaense. Afinal, nosso estado investiu em saúde, em procedimento diferente de outros, que agiram de maneira inversa e agora podem ser beneficiados. Concordo que devam receber recursos adicionais, mas não retirando de quem vem investindo na promoção da saúde melhor para o seu povo carente. Não podemos aceitar que se

retirem nossos recursos e intentem para uma “nivelção por baixo”. Defendemos sim o acréscimo de disponibilidades financeiras.

É hora do paranismo, de entrarmos em defesa do povo pobre do nosso estado. Vamos exigir da área econômica do país que aceite a interpretação realística de que saúde é investimento e não gasto. Vamos usar de todas as estratégias éticas para que os nossos atuais recursos permaneçam no Paraná. Pois, caso contrário, pode-se estabelecer uma disputa e acusações entre “irmãos” e com os principais responsáveis ficando apenas assistindo, em posição confortável.

... E novamente os médicos poderão ser responsabilizados pelas mazelas que o sistema nos impõe. Não queremos discórdia entre os brasileiros e sim direitos e recursos mínimos para a promoção digna à saúde. Porém, não aceitamos a redução do orçamento como comodismo de nossos governantes, que se omitem na busca dos recursos necessários ao resgate da dignidade dos serviços públicos de saúde.

Vamos valorizar o cidadão paranaense, que vale muito mais que R\$ 1,00/mês determinado na “prancheta” de plantonistas de gabinete.

Luiz Sallim Emed, presidente

Índice de suicídio é maior na classe médica

Uma pesquisa realizada entre 1986 e 1990 revela que os médicos são os profissionais com nível superior que mais se suicidam. O estudo feito pelo Departamento de Saúde do Trabalhador da Universidade Estadual do Rio de Janeiro é fonte de pesquisa de Luiz Tenório, presidente do Sindicato dos Médicos do Rio, que irá usar as informações sobre os índices de suicídio para enriquecer o livro que está escrevendo, titulado “A saúde do profissional da Saúde”. Luiz Tenório revela que também é elevado o índice de alcoolismo entre seus colegas, os médicos estão em segundo lugar entre os profissionais com nível superior, eles só perdem para os jornalistas.

As pesquisas e a própria observação do dia-a-dia do médico demonstram que a medicina é uma atividade de altos

riscos de naturezas biológica, física e química, o que a torna, às vezes, insuportavelmente tensa. Os estudos também revelam que, ao contrário do que se imagina, os médicos não estão imunes ao sofrimento de seus pacientes o que, somado com as tensões diárias, tem feito aumentar o número de profissionais com úlcera, asma e dermatite.

Exames realizados em clínicos, cirurgiões, ginecologistas, pediatras e ortopedistas, plantonistas do Hospital Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, revelou que dos 200 profissionais analisados, 52% apresentavam distúrbios cardiovasculares, 60% se queixavam de insônia, irritabilidade e depressão, 43% tomavam tranquilizantes e 38% sofriam de impotência sexual após uma jornada excessiva de trabalho.



Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná - Gestão 1993/1998

Diretoria

Presidente: Cons. Luiz Sallim Emed / **Vice-Presidente:** Cons. Zacarias A. de Souza Filho / **1º Secretário:** Cons. Daebes Galati Vieira / **2º Secretária:** Cons. Marília Cristina Milano Campos / **Tesoureiro:** Cons. Gerson Zafalon Martins / **Tesoureiro-Adjunto:** Cons. Hélcio Bertolozzi Soares

Membros Efetivos

Agostinho Bertoldi / Daebes Galati Vieira / Eleusis Ronconi de Nazareno / Gerson Zafalon Martins / Hélcio Bertolozzi Soares / Ivan Pozzi (Londrina) / João Batista Marchezini / Kemel Jorge Chammas (Maringá) / Luiz Carlos Sobania / Luiz Fernando Bittencourt Beltrão / Luiz Sallim Emed / Mara Albonei Dudeque Pianovski / Marcos Flávio Gomes Montenegro / Mário Lobato da Costa / Mônica De Biase Wright Kastrop / Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho / Odair de Floro Martins / Roberto Bastos da Serra Freire / Wadir Ruppello / Zacarias Alves de Souza Filho

Consultor Jurídico: Adv. Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque / **Assessor Jurídico:** Adv. Afonso Proença Branco Filho

Membros suplentes

Alvaro Réa Neto / Ana Zulmira Escholz Diniz / Antonio Carlos Bagatin/ Antonio Katsumi Kay / Carlos Castello Branco Neto / Carlos Roberto / Goytacaz Rocha / Donizetti Dimer Giambertino Filho / Gilberto Saciloto (Guarapuava) / José Carlos de Miranda / Luiz Jacintho Siqueira (Ponta Grossa) / Marília Cristina Milano Campos / Mário Luiz Luvizotto / Moacir Pires Ramos / Nelson Antonio Baruffati Filho (Foz do Iguaçu) / Ricardo Rydygier de Ruediger / Wilma Brunetti / Zaira Lúcia Letchacovski de Melo

Membros natos

Ermani Simas Alves / Luiz Carlos Sobânia / Duilton de Paola / Farid Sabbag / Wadir Ruppello

Sede - Curitiba

Regionais da Saúde Estadual: Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá / Rua Marechal Deodoro, 497 - 3º andar / 80020-909 - Curitiba - PR / Fone: (041) 322-8238 / Fax: (041) 322-8465

Delegacia Seccional de Cascavel

Regionais da Saúde Estadual: Cascavel
Rua Souza Naves, 3983 - 5º andar - Sala 504 - Centro Comercial Lince / 85807-690 - Cascavel - PR / Fone: (045) 225-4404

Delegacia Seccional de Cornélio Procopio

Regional da Saúde Estadual: Cornélio Procopio / Jacarezinho / Av. Nossa Senhora do Rocio, 434 - Centro / 86300-000 - Cornélio Procopio - PR

Presidente: Dr. Ivan Ferreira de Mello

Delegacia Seccional de Foz do Iguaçu
Regionais da Saúde Estadual: Foz do Iguaçu / Toledo
Av. José Maria de Brito, 1215 / Sala 305 / CEP 85.853-320 / Foz do Iguaçu - PR / Fone: (045) 573-6046

Presidente: Dr. Nilson Jorge de Mattos Pellegrini

Delegacia Seccional de Guarapuava
Regionais da Saúde Estadual: Guarapuava / União da Vitória
Rua Barão do Rio Branco, 779 - Sala 7 / 85010-040 - Guarapuava - PR / Fone/Fax: (042) 723-7699

Presidente: Dr. Gilberto Saciloto

Delegacia Regional de Londrina
Regionais da Saúde Estadual: Londrina / Apucarana / Ivaiporã
Av. Higienópolis, 32 - 14º andar - Sala 1403 - Condomínio Empresarial Nexton Câmara / 86020-120 - Londrina - PR / Fone/Fax: (043) 321-4961

Presidente: Dr. José Luiz de Oliveira Camargo

Delegacia Regional de Maringá
Regionais da Saúde Estadual: Maringá / Paranavai / Campo Mourão
Rua Imburana, 176 - Zona 05 / 87060-290 - Maringá - PR / Fone/Fax: (044) 224-4329

Presidente: Dr. Kemel Jorge Chammas

Delegacia Seccional de Pato Branco
Regionais da Saúde Estadual: Pato Branco / Francisco Beltrão
Rua Pedro Ramires de Mello, 47 - 1º andar - Sala 108 / 85501-250 - Pato Branco - PR
Presidente: Dr. Sylvio José Borela
Fone: (046) 225-2412 / 224-4751/224-1339

Delegacia Seccional de Ponta Grossa

Regionais da Saúde Estadual: Ponta Grossa / Irati / Telêmaco Borba / Rua XV de Novembro, 512 - 7º andar - Sala 73 - CEP 84010-020 - Ponta Grossa - PR / Fone: (042) 224-5292

Presidente: Dr. Achilles Buss Junior

Delegacia Seccional de Umuarama
Regionais da Saúde Estadual: Umuarama / Cianorte
Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4212 - Sala 904 / 87501-250 Umuarama - PR

Presidente: Dr. Luiz Antonio de Mello Costa

Fone: (044) 622-3820 / 622-6499

Publicidade: Versátil Propaganda & Marketing / Fone: (041) 323-1021

Jornalista Responsável: Hernani Vieira - MTb 993/06/98V-PR) **Jornalista Assistente:** Luciana Borges / **Fotos:** José Joel Cerizza / **Projeto Gráfico e Editoração:** Simplicità Comunicação - Fone/Fax: (041) 223-0185 / **Fotolito:** Opta Originais Gráficos / **Impressão:** Optagraf / **Tiragem:** 13.000 exemplares

Cresce o número de doadores de órgãos no PR

A nova lei de doação de órgãos já está tendo resultados positivos. No Instituto de Identificação do Paraná, o número de carteiras emitidas com a inscrição de não doador caiu de 70% em fevereiro para 30% no mês de junho. As campanhas de conscientização sobre a importância da doação de órgãos têm sido as principais responsáveis pela redução do número de não doadores.

Descoberta traz perspectivas otimistas para diabéticos

Pesquisadores de Genebra descobriram um novo vírus que pode estar ligado com o surgimento da diabetes. Existem suspeitas de que a doença pode ser causada por um retrovírus humano, que fica no genoma e é ativado nos pacientes diabéticos. A notícia foi divulgada na mesma semana em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou a previsão de que devem haver 240 milhões de diabéticos em 2010. Os pesquisadores fazem uma previsão bem mais otimista. Eles acreditam que a descoberta, publicada na revista americana *Cell*, terá grande importância nas estratégias de prevenção, tratamento e diagnóstico da doença em pessoas saudáveis e para os próprios diabéticos.

Cidade do MS pretende contratar médicos paranaenses

A prefeitura de Antônio João, uma pequena cidade do Mato Grosso do Sul, situada na divisa com o Paraná, está enfrentando o problema da falta de médicos para atenderem a população da cidade. O incidente tem exigido que os pacientes, em caso de emergência, tem que ser deslocados para municípios vizinhos. A prefeitura de Antônio João está disposta a contratar os médicos especializados em clínica geral e cirurgia, que tenham interesse em residir e trabalhar na cidade. Os interessados poderão entrar em contato com a prefeitura pelos telefones: (067) 435-1211, com Salvani e 435-1212, com a Dr^a Vera.

Confraternização de formandos de 1972 da UFPR

A turma formada em medicina em 1972, pela Universidade Federal do Paraná, comemora os 25 anos de formatura. A confraternização será realizada em Foz do Iguaçu (PR), entre os dias 6 e 9 de novembro. Informações podem ser obtidas pelo telefone (041) 223-4417, com Miriam Leal.

Novos membros do Conselho Municipal de Saúde eleitos durante a 4.^a Conferência

A 4.^a Conferência Municipal de Saúde de Curitiba foi realizada de 22 a 24 de agosto no auditório do Colégio Bom Jesus. O evento que reuniu representantes da comunidade para discussão das prioridades da área que vão compor o Plano Municipal de Saúde. O plano é o documento que define as ações e a utilização dos recursos municipais para os próximos dois anos. "As discussões permitirão elaborar um Plano Municipal amadurecido e que seja construído com a participação da sociedade", assinalou o secretário municipal da Saúde, João Carlos Baracho durante a conferência. De acordo com ele, questões apresentadas e que fogem das atribuições da Pasta estão sendo encaminhadas aos órgãos competentes.

Durante o encontro, os 600 delegados também elegeram o novo Conselho Municipal da Saúde, composto por 32 membros e que representam quatro segmentos sociais diretamente interessados no setor. Foram eleitos 16 representantes dos usuários, oito dos trabalhadores nos serviços de saúde, quatro dos prestadores privados (médicos, laboratórios, hospitais e clínicas credenciados ao Sistema Único de Saúde) e quatro da administração

pública, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde. A posse do novo Conselho Municipal de Saúde será realizada no dia 8 de outubro, em local a ser definido.

Os problemas levantados delegados da conferência foram agrupados em treze temas centrais: financiamento, recursos humanos, controle social, organização dos serviços de saúde, criança, adolescente, adulto, idoso, saúde do trabalhador, acidentes de trânsito, saúde ambiental (saneamento, doenças de veiculação hídrica e vigilância sanitária), mordedura de cão e loxocelismo (acidentes com a aranha marrom). O trabalho começou com as reuniões dos conselhos locais de saúde, passando pelas conferências distritais.

Abertura

Na abertura da 4.^a Conferência Municipal de Saúde, na última sexta-feira, A secretária de Política de Saúde e Avaliação do Ministério da Saúde, Lurdes Lemos de Almeida, fez uma palestra sobre a importância da descentralização dos serviços de saúde e da gestão compartilhada na abertura da 4.^a Conferência, na noite



Mesa de trabalhos da 4.^a Conferência Municipal de Saúde, realizada de 22 a 24 de agosto em Curitiba.

de 22. "O Ministério considera bom o atendimento oferecido à população em Curitiba. Temos a certeza que a nova política implantada pelo prefeito Cassio Taniguchi, de promover o desenvolvimento em conjunto com a Região Metropolitana, irá melhorar ainda mais este padrão", declarou em sua fala.

Lurdes lembrou aos delegados que o Governo Federal tem trabalhado pela integralidade e descentralização dos serviços de saúde. "As pessoas têm o direito de receber atendimento integral. O Sistema Único de Saúde deve desenvolver ações para proporcionar isto à comunidade. O gestor de saúde deve organizar sua estrutura para garantir este acesso e neste sentido há muito o que se fazer em todas as cidades brasileiras".

Concurso conta com 12 monografias

O Prêmio Monografia de Ética Médica, instituído há 10 anos, conta com 12 trabalhos concorrendo na edição de 1997. O Conselho Regional de Medicina do Paraná solicitou à Academia Paranaense de Medicina a indicação de três nomes para compor a comissão julgadora. A premiação acontecerá em meio aos festejos do Dia do Médico, em outubro. A versão deste ano teve como tema central "Manipulação genética e ética médica". O trabalho premiado será publicado na revista *Arquivos*, do Conselho, com o autor sendo contemplado com premiação em dinheiro e certificado por sua contribuição à atividade médica.

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

Tomografia Computadorizada
Ecografia
Dentascan
Densitometria "ssea"
Radiologia Geral

Rua Raphael Papa, 20
Fone / Fax (041) 362-3131
CEP 82530-190 • Curitiba /PR



Clínica de Diagnóstico Por Imagem do Paraná

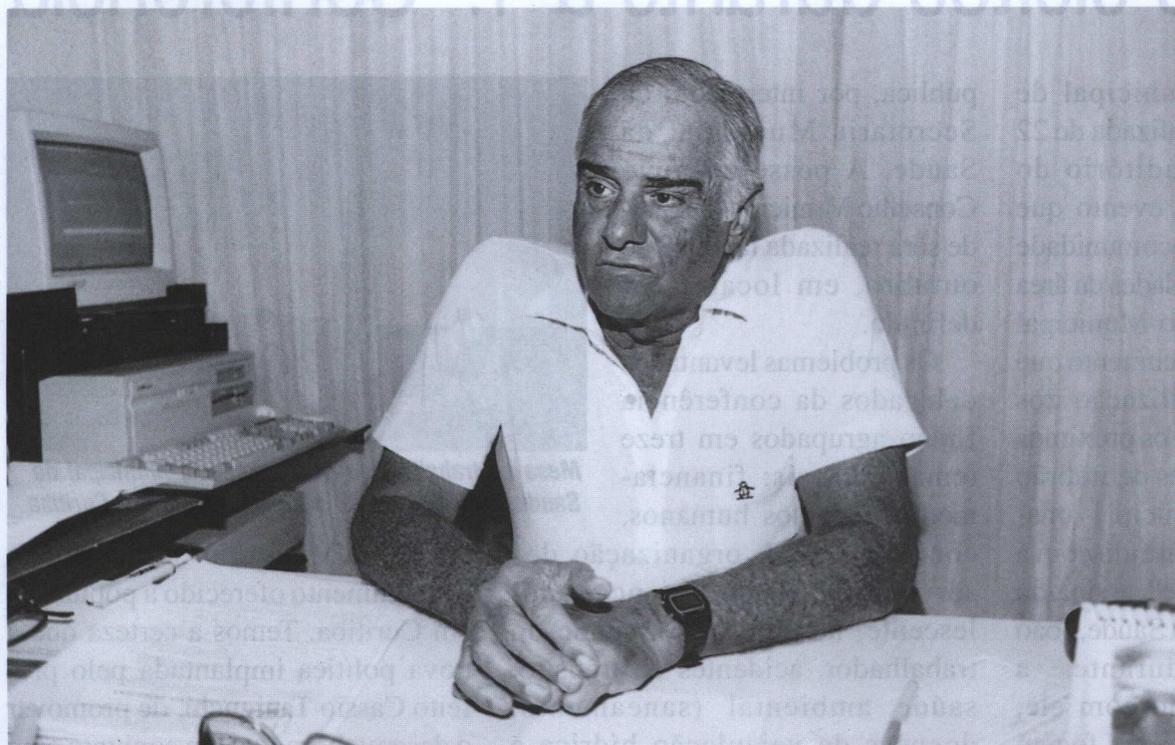
ANGIOGRAFIA DIGITAL /HEMODINÂMICA

Embolizações
Colocação de Stents
Angioplastias
Rotablator
Aterectomia Direcionada

Rua Raphael Papa, 10
Fone / Fax (041) 263-2733
CEP 82530-190 • Curitiba /PR

Responsável Técnico
Dr. Paulo Franco de Oliveira
CRM nº 548

Nassif reconduzido à presidência da AMB



Antonio Celso Nunes Nassif vai continuar respondendo pal presidência da Associação Médica Brasileira nos próximos dois anos

A chapa de consenso reconduziu o paranaense Antônio Celso Nunes Nassif à presidência da Associação Médica Brasileira, agora para o biênio 97/99. A eleição, em 28 de agosto, também marca a indicação das federadas da entidade que, em sua maioria, tiveram chapa única. Caso do Paraná, que elevou Ronaldo Rocha Loures Bueno à sucessão de João Carlos Simões. Martinho Álvares da Silva foi indicado à presidência da Associação do Rio Grande do Sul, enquanto Remaclo Fischer Júnior à de Santa Catarina, dentre outras.

A nova diretoria da AMB, a ser empossada no mês de outubro, tem Iberê Pires Condeixa (SC) na vice-presidência da região Sul, Eleuses Vieira de Paiva (SP) vice da Centro-Sul, Eduardo da Silva Vaz (RJ) vice da Leste-Sul, Lincoln Marcelo Silveira Freire (MG) na vice do Leste-Centro, Neri João Bottin (DF) na vice da região

Centro, Samir Dahas Bittar (GO) na vice do Centro-Oeste, Paulo Roberto Davim (RN) na vice do Nordeste, Francisco Sálvio Cavalcante Pinto (CE) na Norte-Noroeste e Jefferson de Oliveira Jezini (AM) na vice da região Norte.

Outros diretores

O quadro diretor tem ainda Aldemir Humberto Soares (SP) como secretário, João Eduardo Charles (SP) como 1.º secretário, José Alexandre de Souza Sittart (SP) como 1.º tesoureiro, João Cezar Mendes Moreira (SP) como 2.º tesoureiro, Lúcio Antônio Prado Dias (SE) como diretor cultural e Isaias Levy

(RS) como diretor de relações internacionais. José Fernando Macedo (PR) assume a diretoria científica, Valdir Shigueiro Siroma (MS) o DAP e Cláudio Balduino Souto Franzen (RS) o setor de Defesa Patrimonial.

O plano de ação e metas da diretoria para os próximos dois anos inclui a revisão da Lista de Procedimentos Médicos e sua implantação em todo país, luta pela melhoria do ensino médico, restrição a novas faculdades de Medicina e resgate da dignidade dos serviços públicos de saúde, em parceria com as federadas e Ministério da Saúde.

Loures Bueno preside Associação Médica do PR

A chapa "defesa profissional", encabeçada por Ronaldo da Rocha Loures Bueno, foi indicada em consenso para dirigir a Associação Médica do Paraná no biênio 97/99. A posse acontece em meio a solenidade do Dia do Médico, em outubro, com Loures Bueno sucedendo a João Carlos Simões. A diretoria executiva da AMP é formada ainda pelos vice-presidentes Cesar Alfredo Pusch Kubiak (Curitiba), Oscar Alves (Londrina), Eliezer Ceribelli (Maringá), Antonio Techy (Ponta Grossa), Kheite de Jesus Fontes (Cascavel) e Mário Percegon (litoral).

Ocupam ainda cargos da diretoria Raquele Totta Burkiewicz, Mário Gomes de Mello Leitão Filho, Alexandre Manoel Varela, Pedro André Kowacs, Roberto Nogueira Boscardin, José Luiz de Andrade Neto e Jayme Simões. O Conselho fiscal tem como titulares Renato Merolli, Nélio Ribas Centa, Ubirajara Bley, Rubens Jansen de Sá e Álvaro Jabur. Os delegados junto à AMB são João Carlos Simões, José Fernando Macedo, Jurandir Marcondes Ribas

Filho, Durval dos Santos Filho e Samuel Silva da Silva.

O novo presidente da AMP formou-se pela PUC em 1980, sendo Doutor em Cardiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestre em Cardiologia pela UFPR. É professor adjunto da disciplina de Cardiologia da Federal do Paraná. Loures Bueno é chefe do Serviço de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista do Hospital Evangélico, chefe do setor idêntico do Hospital de Clínicas e co-diretor do Serviço de Hemodinâmica do Hospital Santa Cruz, todos de Curitiba.



Ronaldo Rocha Loures Bueno, vai ser empossado na presidência da AMP.

Procurando Livros...

...em Saúde Pública, Ciências Humanas e Sociais em Saúde, Biológicas e Biomédicas, Clínicas?

EDITORIA

FIOCRUZ

Ligue para nós!

Tel/Fax: (041) **244-2232**

NESCO

CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA LTDA.

Tratamento do Alcoolismo e Outras Drogas

- Avaliação • Orientação • Prevenção
- Atendimento Ambulatorial e Internamentos
- Equipe Interdisciplinar
- Atendemos Convênios

Dr. Carlos Maçaneiro - C.R.P. 08/04.048
(Coordenador do Programa)

Av. Silva Jardim, 4205 - Seminário - Curitiba /PR
Fone / Fax: (041) 244-4438 ou 244-4155

Transplante de órgãos e doação

Julio Cesar Wiederkehr (*)

O transplante de órgãos e tecidos é uma forma de terapêutica imaginada pelo homem há séculos. Exemplos na literatura são vários, sendo clássico o milagre realizado pelos irmãos São Cosme e Damião ao transplantarem a perna de um soldado mouro em uma jovem.

Contudo, foi somente a partir da década de 80, mais precisamente após a descoberta (em 78) da ciclosporina, droga capaz de inibir a proliferação de linfócitos em cultura mista por Borel, que os transplantes tiveram um grande avanço. Principalmente os transplantes cardíaco e hepático, tornaram-se amplamente aceitos após as experiências clínicas com esta nova substância.

Os resultados a partir de novas drogas imunossupressoras, melhora técnica operatória, melhor cuidado per e pós operatório do paciente transplantado, vêm fazendo com que a qualidade de vida e a sobrevivência do paciente transplantado seja cada vez melhor e mais longa. Após o transplante hepático, a sobrevivência a longo prazo do paciente portador de cirrose está em torno de 85 a 90%, quando a maioria dos pacientes portadores de insuficiência hepática não sobreviveria mais de um ano sem o transplante de fígado.

No ano de 96 foram realizados nos Estados Unidos 8.559 transplantes renais de doador cadáver, 4.062 transplantes hepáticos, 2.341 transplantes cardíacos e 1.022 transplantes pancreáticos. Este número cada vez crescente de pacientes transplantados acarreta uma demanda maior no número de doadores.

No nosso meio esta preocupação também é presente. Recentemente sancionada pelo Presidente da República e regulamentada através de Decreto Lei, a Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 sobre os

transplantes traz alguns importantes avanços. Estamos conscientes que esta legislação não irá resolver os problemas de infra-estrutura dos hospitais, a deficiência na remuneração das equipes de profissionais que atendem ao paciente, a falta de insumos e equipamentos, etc, que são aspectos limitantes a um número maior de pacientes atendidos com o transplante, mas não podemos negar a sua importância.

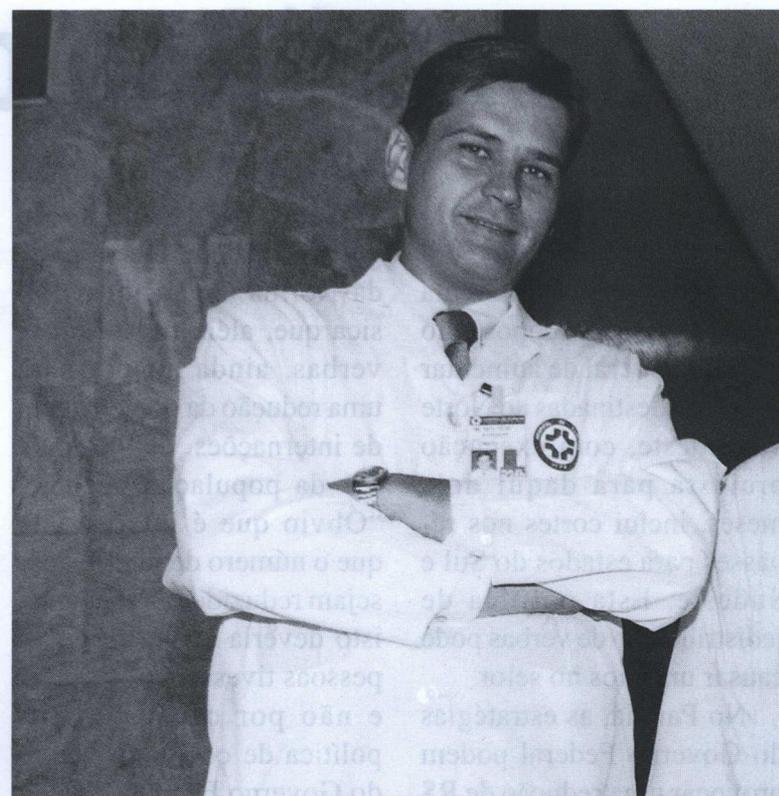
Além de instituir a doação de órgãos e tecido presumida, ou seja, todo cidadão é doador a não ser manifestando-se pelo contrário, a lei coloca outros aspectos importantes. Ela cria o Sistema Nacional de Transplantes (SNT), que tem por finalidade expedir normas e regulamentos técnicos e o gerenciamento de uma lista única nacional de receptores. Estabelece as centrais de notificação, captação e distribuição e órgãos - CNCDOs, que são as unidades executivas das atividades do SNT. Dentro de suas atribuições poderemos citar a de promover a inscrição de receptores e sua classificação, o recebimento das notificações de morte encefálica, determinar o encaminhamento e providenciar o transporte das partes retiradas para o transplante, aplicando penalidades administrativas, e até o acionamento do Ministério Público do Estado e outras instituições públicas competentes para reprimir atos ilícitos.

O estado do Paraná conta com a Central Estadual de Transplantes desde dezembro

de 1995, criada por lei estadual. Subordinada à Secretaria do Estado da Saúde, a Central de Transplantes do Paraná tem exercido as funções previstas na Lei 9.434, coordenando a lista única de receptores, recebendo e fazendo busca ativa das notificações de morte encefálica, providenciando transporte, entre outras atividades.

No ano de 1996, a Central de Transplantes do Paraná recebeu 255 notificações de morte encefálica, das quais 76 tornaram-se efetivamente objeto de doação. Os principais motivos da não efetivação da doação foram a não autorização da família, contra-indicação médica e sorologia positiva. O Hospital Universitário do Caju, de Curitiba, foi responsável no ano de 96 por 23% (52) das notificações de morte encefálica e 29% (18) dos doadores. A Central de Transplantes do Paraná tem possibilitado um maior número de notificações e uma melhor utilização dos órgãos captados.

Contudo, se tormarmos por base as estatísticas espanholas relacionadas à captação de órgãos, observamos que o número ainda está aquém do potencial do estado do Paraná. A Espanha conta com uma estrutura de captação que permite a obtenção de 50 a 60 de potenciais de doadores por milhão de habitantes por ano (50-60-100/ano). Assim, no Paraná, poderíamos ter algo em torno de 450 a 500 potenciais doadores (população estimada de 8.773.149 habitantes). Considerando que apenas um quarto



Julio Cesar Wiederkehr: "A nova legislação não é a solução definitiva, mas constitui-se num importante passo".

dos potenciais doadores efetivamente se tornam doadores, poderíamos idealmente ter algo perto de 110 a 125 doadores ao ano em nosso estado.

A preocupação sempre presente do incremento do número de doadores deve-se ao fato de que, em algumas circunstâncias, o transplante é a única forma terapêutica para o paciente. Nos Estados Unidos, 1.814 pacientes foram a óbito no ano de 96 enquanto aguardavam o transplante renal, 954 o transplante hepático e 746 o transplante cardíaco. Situação esta não diferente do nosso meio, onde apenas no primeiro semestre mais de uma dezena de pacientes foi a óbito aguardando o transplante hepático no Hospital de Clínicas da UFPR.

Como anteriormente mencionado, a nova legislação não é a solução definitiva. Porém, constitui-se num importante passo para o incremento dos transplantes. É necessário ainda a continuada colaboração e o empenho das diversas especialidades envolvidas no atendimento do paciente em morte encefálica, a fim de que um maior número de pacientes seja beneficiado com o transplante.

(*) Julio Cesar Wiederkehr, é professor adjunto do Aparelho Digestivo da Universidade Federal do Paraná, coordenador médico da Central de Transplantes e membro da equipe de transplante de fígado do Hospital de Clínicas.

**NEUROFISIOLOGIA
CLÍNICA**

Dr. Ricardo Ramieri Seixas - CRM 8590

Eletroencefalografia • Eletromiografia • Potenciais Evocados
Audiometria de Tronco Cerebral • Eletroencefalografia Digital

Registro Especialista CRM/CFM
Eletroencefalografia - nº 3804 • Neurofisiologia Clínica - nº 3803

RUA VISCONDE DE NACAR, 202
F. (041) 222-1391

INSTITUTO FORLANINI

• Ecografia Geral

• Radiologia

• Odontologia

Dr. Benito Bernardino Gusso
CRM - 2.121

Dra. Sílvia Cristiane Gusso
CRM - 13.860

Rua Pedro Ivo, 318 (Esq. com Mal. Floriano) • Centro • Curitiba • Paraná
Fones (041) 224-6422 / 232-6636 / 322-1018

Corte de verbas pode estabelecer o caos no "Ano da Saúde"

O próximo mês de novembro é aguardado com muito receio pelos profissionais da área da saúde. A proposta do governo federal de aumentar as verbas destinadas ao Norte e Nordeste, com execução prevista para daqui dois meses, inclui cortes nos repasses para estados do Sul e Sudeste. Esta política de redistribuição de verbas pode causar um caos no setor.

No Paraná, as estratégias do Governo Federal podem provocar uma redução de R\$ 12 a 15 milhões nas verbas destinadas mensalmente ao setor de saúde. Isto significaria, segundo o diretor geral da Secretaria Estadual de Saúde, Luciano Duccy, uma diminuição de 7 mil internações por mês no Paraná. Hoje, mensalmente, o estado tem capacidade para fazer 68 mil internações das quais mais de 2.700 são de pacientes dos estados vizinhos. "Inúmeras pessoas procuram os nossos serviços de saúde que, em algumas áreas, oferece tratamentos que não existem em outros estados", explica Duccy.

Atualmente, os recursos destinados ao setor de saúde do estado somam R\$ 60 milhões, que podem ser reduzidos a R\$ 48 milhões ou até 45 milhões com os cortes. Isto irá acontecer porque, em novembro, o governo termina de pagar os abonos atrasados de 25% ao mês, e ainda pretende retirar de R\$ 2,5 milhões a R\$ 5 milhões dos R\$ 40 milhões, que é a verba destinada mensalmente pelo Ministério da Saúde ao estado do Paraná.

Estas providências do governo federal fazem parte da Norma Operacional Básica que, além do corte nas verbas, ainda aponta para uma redução da porcentagem de internações de 9% para 8% da população por ano. "Óbvio que é interessante que o número de internações sejam reduzidos. No entanto, isto deveria acontecer se as pessoas tivessem boa saúde, e não por causa de uma política de cortes de verbas do Governo Federal", esclarece Duccy.

O secretário estadual de Saúde, Armando Raggio, teme que a redução de verbas provoque uma nova crise no setor na saúde. "Com estes cortes voltamos a repetir o cenário crítico do ano passado", lamenta. O secretário explica que já estava previsto para novembro o fim do pagamento do abono atrasado, mas havia uma expectativa de que, ao menos, houvesse um reajuste dos preços da tabela do SUS.

Segundo o secretário, as verbas destinadas, hoje, ao setor de saúde do Paraná estão sendo totalmente absorvidas pelas necessidades do estado. "Não estamos pedindo mais verbas ao governo. O que desejamos é que os recursos que possuímos não sejam cortados. Nós oferecemos serviços à população que não existem em outras regiões do país e que são caros. A redução das verbas inviabilizaria a prestação de vários destes serviços", esclarece Armando Raggio. Ele defende ainda que não se deve pensar na utilização dos



Secretário Armando Raggio e diretor geral Luciano Duccy.

recursos apenas para tratamento de doenças, lembrando que o trabalho de prevenção é essencial na garantia da qualidade de saúde da população. "Se o governo quer fazer economia, prevenir doenças é a melhor, e talvez a única, forma de se conseguir isto", revela o secretário.

Os inúmeros pedidos pela manutenção das verbas, por parte de todas as entidades envolvidas com a área de saúde, e as diversas comprovações de quanto cada centavo é essencial para o setor contrastam com as expectativas de que este ano haveria uma maior preocupação com o setor. Afinal 1997 foi designado como o Ano da Saúde pelo Governo Federal.

Nos últimos cinco anos o Paraná deixou de fazer

10 mil internações por mês.

Num prazo de dez anos, a cidade de Apucarana perdeu

6 hospitais

de porte. A situação no interior também é grave.

R\$ 2,9 bilhões

é o valor arrecadado pela CPMF até julho

Procedimento	Valor pago pelo SUS	Valor de custo hospitalar
Consulta médica	R\$ 2,04	R\$ 12,00
Diária hospitalar	R\$ 3,00 a R\$ 7,00	R\$ 34,00
Diária de UTI	R\$ 79,00	R\$ 170,00
Parto normal	R\$ 114,00	R\$ 669,00
Parto cesariana	R\$ 190,00	R\$ 927,00
Apensicetomia	R\$ 190,00	R\$ 945,00
Colecistectomia	R\$ 303,00	R\$ 1.202,00

Origem dos problemas

As dificuldades por que está passando todo o setor de saúde do país têm ligações diretas com a mudança da moeda nacional de Cruzeiro para Real, em julho de 1994. Na época, todos os produtos e serviços do país passaram por uma fase de transição no processo de conversão, com exceção da tabela do SUS (Sistema Único de Saúde).

Na fase de transição, os produtos e serviços receberam uma Unidade Real de Valor (URV) que, na conversão, 1 URV seria o equivalente a 1 Real. No dia 1.º de julho de 94, quando foi feita a conversão, 1 URV estava cotada em Cr\$ 2700,00. Ou seja, Cr\$ 2700,00 corresponderia a R\$ 1,00. Na tabela do SUS, como a conversão foi feita diretamente de Cruzeiro para Real, estima-se que, aproximadamente, Cr\$ 3.500,00 passou a valer R\$ 1,00. Ou seja, houve uma perda significativa com relação ao valor dos demais serviços e produtos.

Até agosto de 1995, a tabela do SUS permanecia com os mesmos valores, o que significava uma perda real na tabela de 60%. Para reverter esta situação, Adib Jatene, ministro da Saúde, na ocasião, prometeu um reajuste de 40%, do qual só foi possível viabilizar 25% na forma de abono, no início de 96, enquanto os outros 15% foram praticamente esquecidos. “A partir de maio de 96, nem os 25% estavam sendo repassados”, aponta Luciano Duty, da Secretaria Estadual da Saúde.

Apenas no início deste ano, quando começou a ser cobrada a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), proposta por Adib Jatene, é que voltaram a ser pagos os 25% de abono atrasados mais os 25% de abono referentes à 97. Somando os R\$ 40 milhões que o Ministério da Saúde repassa para o estado, com os 25% de abono atrasados, (R\$ 10 milhões), mais os 25% de abono mensais, (R\$ 10 milhões), o Paraná possui a verba de R\$ 60 milhões para a saúde.

O fim do pagamento dos abonos atrasados significa a redução dos 25%, ou seja, R\$ 10 milhões, reduzindo as verbas para R\$ 50 milhões, que com os cortes de até R\$ 5 milhões, anunciados pelo governo na proposta de redistribuição de verbas, podem chegar a R\$ 45 milhões. Com apenas esta quantidade de recursos e com a desatualização dos preços da tabela do SUS, ficará inviável a manutenção dos serviços de saúde prestados à população paranaense.

Gastos com saúde em 96

(per capita) (*)

Brasil	US\$ 80,00
Uruguai	US\$ 167,00
Argentina	US\$ 250,00
Costa Rica	US\$ 300,00
Canadá	US\$ 1950,00
EUA	US\$ 2300,00

(*) Organização Mundial de Saúde recomenda investimentos de US\$ 500,00 por habitantes/ano em saúde.

Protesto por falta de recursos marca Dia Nacional da Saúde

No último dia 5 de agosto, Dia Nacional da Saúde, deputados, vereadores e profissionais que atuam na área da saúde reuniram-se para discutir os rumos do Sistema Único de Saúde (SUS). O evento promovido pelo Conselho Estadual de Saúde homenageou Oswaldo Cruz e despertou uma série de discussões acerca dos problemas da área da Saúde. A divulgação de que pode haver uma redução de até R\$ 15 milhões nos recursos mensais destinados ao setor de Saúde do Paraná, causou indignação aos participantes do evento.

As atividades, que aconteceram no Círculo Militar, em Curitiba tiveram início às 8h, com a abertura feita pelo secretário estadual de Saúde do Paraná e presidente do Conselho Estadual de Saúde, Armando Raggio. Logo em seguida, o ex-assessor jurídico do Ministério da Saúde, Hélio Pereira Dias ministrou uma palestra sobre a “Responsabilidade pela Saúde”. Às 11h, Jaime Benchimol homenageou – com a palestra. “A construção de um mito na ciência brasileira” – Oswaldo Cruz, o médico sanitário que nasceu em 5 de agosto de 1872 e se tornou uma das personalidades mais ilustres da história da saúde de nosso país. No encontro o CRM esteve representado por Luiz Carlos Sobânia.

A primeira mesa-redonda, “A função do legislativo na construção do SUS”, teve início às 14 h e foi intermediada por Armando Raggio. Participaram Luiz Carlos Accorsi Motta, da Assembleia Legislativa, Canderói Mainardes Filho, da Câmara Municipal de Prudentópolis e

Eleutério Rodrigues Neto, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Às 16h15 teve início a segunda mesa-redonda, “A função dos Conselhos de Saúde na construção dos SUS”, da qual participaram Adnei Pereira de Moraes, do Conselho Nacional de Saúde, José da Rocha Carvalheiro, do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo e Margareth Menoncin, do Conselho Municipal de Saúde de Matelândia.

O evento foi encerrado às 17h30 pelo secretário Armando Raggio, que alertou todos os presentes sobre o possível corte nas verbas enviadas mensalmente ao estado. “Os cortes previstos para novembro podem reduzir nossos recursos mensais de R\$ 60 milhões para R\$ 45”, revelou. A notícia causou temor nos participantes e promoveu uma mobilização

geral dos profissionais da área da saúde, vereadores e legisladores no intuito de evitar qualquer corte de verbas para o setor.

Além disso, durante as atividades do Dia Nacional da Saúde, o Conselho Estadual do Paraná manifestou seu apoio à aprovação da Proposta a Emenda Constitucional (PEC) 169 e correu um abaixo-assinado de adesão ao manifesto. A PEC/169 determina a destinação de 30% da receita das contribuições sociais da seguridade social e 10% das receitas da União, estados e municípios para ações e serviços de saúde. Desta maneira, o encontro teve como grande saldo positivo a conquista do apoio dos profissionais da área da saúde, vereadores e legisladores na luta pelo aumento dos recursos destinados à Saúde.



Reunião de gestores e prestadores de serviço no Dia Nacional da Saúde

Alta hospitalar é decisão do médico

Questão que vem causando muita polêmica na classe médica, especialmente no que se trata dos hospitais que prestam serviços ao SUS, refere-se ao Ofício Circular Cosau nº 31/95, emitido pela Coordenadoria de Operação de Controle de Serviços de Saúde, que implantou a *Taxa de Permanência* dos procedimentos SHI-SUS.

Na qualidade de consultor jurídico do CRM-PR, tive a oportunidade de emitir parecer sobre o assunto, respondendo a diversas indagações do consultante com referência à aludida circular, das quais as mais relevantes transcrevo a seguir, com as respectivas respostas e outras considerações pertinentes:

Existe infração ética quando um auditor exige internação em tempo maior que o necessário, apesar das boas condições clínicas para a alta hospitalar, antes do tempo de permanência média (taxa de permanência), elaborado em tabela do SUS?

R.: Entendo que infração ética por parte do Auditor não existiria, desde que cumpra as mesmas determinações emanadas de seus superiores hierárquicos. Quanto à alta do paciente, deve ser prescrita, levando-se em conta estritamente as suas condições de saúde. Aliás, em se tratando de menor de idade, cumpre salientar o disposto pela Resolução nº 41 de 13/10/95, que aprovou o texto relativo aos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizado, assim redigido: *"Direito a não ser ou permanecer hospitalizado desnecessariamente por qualquer razão alheia ao melhor tratamento de sua enfermidade"*.

Denota-se portanto que, efetivamente, a determinação contida no aludido Ofício Circular, contraria preceito legal e não apenas obviamente,

quando se tratar de menor de idade, mas em relação a todos os pacientes. Destarte, não há sentido em compelir alguém, apto a obter alta hospitalar, a permanecer internado por força de uma norma administrativa, salvo seja menor.

Não está havendo interferência na conduta médica?

R.: Com efeito, os artigos 7.º e 8.º do Código de Ética Médica, dispõem que o médico deve exercer a profissão com ampla autonomia e que não pode, em nenhuma circunstância ou sob qualquer pretexto, renunciar a sua liberdade profissional, devendo evitar que restrições ou imposições possam prejudicar a eficácia e correlação de seu mister.

Neste diapasão, ainda que o médico preste serviços por conta do SUS ou de qualquer outra instituição a sua relação profissional com o paciente não deve sofrer interferências, desde que, primeiramente, é sua responsabilidade para com o mesmo, devendo, no caso de um mal resultado, responder civil, penal e eticamente pelos seus atos, quando causar danos por negligência, imprudência ou imperícia.

Assim sendo, apenas ao médico compete decidir pela alta do doente, não podendo conseqüentemente, atar suas decisões a imposições da instituição conveniada, seja esta qual for.

Há que se levar em conta outrossim, quando de uma permanência longa e desnecessária no hospital, os riscos de infecção a que o paciente é exposto, os quais, é claro, devem ser reduzidos ao mínimo possível. A propósito, vale lembrar o disposto pelo artigo 2º do Código de Ética Médica, que estabelece um princípio fundamental da profissão ao determinar que: *"O alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser hu-*

mano, em benefício do qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional".

Caso os honorários médicos sejam glosados pelo SUS, pelo não atendimento à circular, como proceder?

R.: O único caminho seria o judicial, através de uma ação de cobrança a ser proposta contra o gerenciador do SUS.

Pode o CRM agir contra estas arbitrariedades?

R.: O presidente do Conselho Regional de Medicina do

Paraná já solicitou ao seu Departamento Jurídico que viabilize medida judicial cabível, visando obter do Poder Judiciário sentença declaratória de nulidade da determinação contida no Ofício Circular, Cosau nº 31/95.

Ademais, a diretoria do CRM também já informou ao Ministério Público a arbitrariedade da circular em questão, que pretende, administrativamente, retirar do cidadão o seu direito de liberdade, ao mesmo tempo que

impõe ao médico condições incompatíveis com o exercício da medicina e fere de morte a sua autonomia profissional e o código de ética de classe.

Antônio Celso Albuquerque
Consultor
Jurídico do CRM



A ALPHASONIC TEM O ALÍVIO PARA O DESCONFORTO E CLAUSTROFOBIA NOS EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA.



NOVO EQUIPAMENTO ABERTO PARA DIAGNÓSTICO:

- primeiro na América Latina;
- permite que o paciente veja o lado de fora do magneto durante o exame;
- possui uma cadeira lateral para permanência de amigos ou familiares durante o exame;
- é mais largo que os convencionais, proporcionando maior conforto;
- é mais silencioso;
- tem fluxo de ar e luz suave para o paciente.

E Q U I P E M É D I C A

Dra. Giovanna Pitaki - CRM 9026

Dra. Maria Helena Louveira - CRM 15103

Dr. Alencar Gracino - CRM 12391

Dr. Rui Cordeiro - CRM 11722

Dr. Agostinho Bertoldi - CRM 2756

Dr. Orlando Cruz - CRM 6707

Dr. Sérgio Pitaki - CRM 7299

Av. Vicente Machado, 1932 • Fone/Fax: (041) 342-7181 • CEP 80440-020 - Curitiba-PR
Home page: <http://www.clinicaalphasonic.com> • E-mail: pitaki@sul.com.br

ALPHASONIC
CLINICA RADIOLOGICA PITAKI S.C. LTDA

Lei dos Conselhos completa 40 anos

Em 30 de setembro deste ano será completado o 40.º ano da promulgação da Lei n.º 3.268, que determinou a reestruturação dos Conselhos de Medicina, explicitando a sua autonomia e personalidade jurídica e, ao mesmo tempo, entregando exclusivamente à classe médica o controle de suas atividades. A legislação dos Conselhos, contudo, antecede a 13 de setembro de 1945, com o Decreto Lei n.º 7.955, mas só aplicada seis anos depois com a Constituição do Conselho Federal Provisório de Medicina.

A história dos conselhos regionais teve início em 17 de dezembro de 57, quando o presidente do CFM, Prof. Agostinho Menezes Monteiro, baixou resolução determinando a criação das unidades federadas e constituição de diretorias provisórias. No Paraná, o Prof. Ernani Simas Alves, então presidente da Associação Médica do Paraná, recebeu em 21 de dezembro de 57 a incumbência de organizar a diretoria provisória e instalar o conselho regional. Em 24 de janeiro de 58 foi apresentada a diretoria, referendada em 31 de

janeiro e empossada em 12 de março do mesmo ano.

O primeiro presidente do CRM-PR foi o Prof. Milton Macedo Munhoz, tendo como vice o Dr. Aroldo Marques Sardenberg. João Átila Rocha, Benoni Laurindo Ribas e João Ernani Bettega foram indicados para 1.º e 2.º secretários e tesoureiro, respectivamente. A primeira eleição do Conselho foi registrada em 15 de outubro de 48. Pesquisa do conselheiro Wadir Rúpollo mostra que no Paraná, naquele ano, existiam cerca de 1 mil médicos, dos quais 579 estavam inscritos no conselho. Destes, votaram 480 — 87 deles no interior. O CFM, contudo, negou a homologação do pleito, provocando a renúncia coletiva de todos os membros. Somente em abril de 59 foi reconhecida a legitimidade da eleição.

O primeiro corpo de conselheiros do CRM-PR foi empossado em 30 de maio de 1959, no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. A diretoria, cuja gestão era para o período de maio de 59 a de-

zembro de 61, tinha na presidência o Dr. João Vieira de Alencar e na vice Adolfo Barbosa Goes. Ernani Simas Alves era o 1.º secretário e

Plínio Mattos Pessoa o 2.º secretário, enquanto o Dr. Ruy Noronha Miranda respondia pela tesouraria. A história da criação dos Conselhos de

Medicina e do Conselho Regional de Medicina do Paraná foi publicada na edição n.º 50 da revista Arquivos (abril a junho de 96).

Resolução do CFM adverte sobre prescrição de anfetaminas

A Resolução n.º 1.477/97, do Conselho Federal de Medicina, determina um máximo rigor aos profissionais médicos na prescrição de substâncias tipo anfetaminas em tratamentos da obesidade ou emagrecimento. A restrição tem, entre outras justificativas, os graves riscos à saúde humana, com os produtos podendo causar dependência, e da ausência de fundamentação científica quanto a eficácia e conveniência das associações de medicamentos nos tratamentos.

De acordo com a nova legislação, é vedado aos médicos, com a finalidade de tratamento da obesidade ou emagrecimento, “a prescrição simultânea de drogas tipo anfetaminas com um ou mais dos seguintes fármacos: benzodiazepínicos, diuréticos,

hormônios ou extratos harmoniais e laxantes”. A resolução, que revoga a de n.º 1.04/94, ainda recomenda aos médicos que, “no tratamento de obesidade ou emagrecimento, restrinjam o uso de substâncias tipo anfetaminas, como monodrogas, aos casos absolutamente indicados, seguindo rígidos critérios técnico-científicos”.

Aprovada na sessão plenária do CFM, em 11 de julho, a resolução cita, em suas considerações, que “o uso de substâncias tipo anfetaminas (anfetamínicos), isoladamente ou em associação com benzodiazepínicos, diuréticos, hormônios e laxantes, com a finalidade exclusiva de tratamento da obesidade ou emagrecimento, tem causado graves riscos à saúde humana, podendo inclusive provocar dependência”. Destaca ainda o

consumo excessivo de anfetaminas, com índices alarmantes no país, e leva em conta o parecer exibido pelo Grupo de Estudos Assessor da Secretaria de Vigilância Sanitária do MS para o Estudo dos Medicamentos Anorexígenos, aprovado pela Comissão de Assessoramento em Medicamentos e Correlatos (Crame).

A norma estabelecida pelo Conselho Federal ressalta que “o alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo zelo e o melhor de sua capacidade profissional (artigo 2.º do Código de Ética Médica)”. Além disso, adverte que “é vedado ao médico praticar atos profissionais danosos ao paciente, que possam ser caracterizados como imperícia, imprudência ou negligência (art. 29 do Código de Ética Médica)”.

**Fura-filas
Mega'Cred.
Para os médicos,
um santo remédio.**

**LIGUE PARA A MEGA'CRED
E CONHEÇA MAIS SOBRE
ESTE E OUTROS SERVIÇOS.**

Agenda apertada, deslocamentos constantes entre o consultório, a clínica e o centro cirúrgico. Este é o dia-a-dia de muitos médicos. Foi pensando nele que a **Mega'Cred** criou seu exclusivo **FURA-FILAS**. Com ele, sempre que você solicitar, um funcionário vai até o seu consultório e apanha todas as suas contas a pagar. No vencimento, elas serão pagas com o próprio saldo

das suas aplicações na **Mega'Cred**, sem custo adicional. Assim, enquanto você trabalha para seus pacientes, o **FURA-FILAS** trabalha para você.



**DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Al. Princesa Izabel, 714
Fone / Fax (041) 322.7355
80430-120 - Curitiba - PR

R. João Pessoa, 121
Fone / Fax (041) 842.2828
83702-280 - Araucária - PR

Cirurgião dos EUA participa de encontro em Curitiba



Dra. Heather Gray



Thomas Roberts III

Os avanços técnicos no rejuvenescimento facial foi o tema central do 2º Encontro de Cirurgia Estética, que aconteceu entre 15 e 17 de agosto, em Curitiba. Organizado pelas cirurgiãs plásticas Ana Zulmira Diniz Badin e Léa Mara Moraes, da Clínica Athena de Curitiba, que lançaram um livro na ocasião, o encontro trouxe grandes personalidades internacionais e nacionais da área de cirurgia plástica.

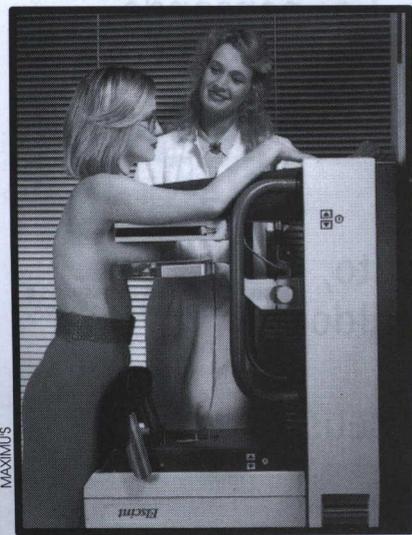
O cirurgião plástico americano Thomas Roberts III, uma das maiores autoridades mundiais no assunto, e a Dra. Heather Gray, renomada técnica em Laser demonstraram seus trabalhos em cirurgias plásticas, realizadas durante o encontro, e demonstrações da aplicação de laser para rejuvenescimento facial.

Durante o encontro foi realizado um Workshop sobre o Laser CO2 Ultrapulse, na Clínica Athena. No primeiro dia do evento, Thomas Roberts III realizou três cirurgias plásticas no Hospital Nossa Senhora das Graças.

O evento ainda promoveu um Curso Teórico, que abordou diversos assuntos relacionados à evolução e as novas tendências do rejuvenescimento facial e um Curso Prático Avançado sobre Laser CO2, com a realização de mais seis cirurgias no Hospital Nossa Senhora das Graças.

MAMOGRAFIA COMPUTADORIZADA!

O método mais seguro para evitar câncer de mama.



O Centro de Medicina Nuclear do Paraná tem os aparelhos mais avançados e precisos para exames e diagnósticos do câncer de mama. Tranquilidade para você e segurança para o seu médico.



Centro de Medicina Nuclear do Paraná
Dr. Guido Ludwig - CRM Nº 1227

Rua Ângelo Sampaio, 2.462
Fone/Fax: (041) 222-3122

Agosto 28 a 30

X Encontro Científico da Fundação Pró-Rim de Santa Catarina, XI Curso de Diálise e Transplante Renal e II Encontro Nacional de Captação de Órgãos

Joinville-SC. Informações: (047) 437-2090.

Setembro 3 a 6

XVI Congresso Brasileiro de Cirurgia de Cabeça Pescoço e I Congresso de Fonoaudiologia do Cone Sul - Reabilitação

Promoção: Sociedade Brasileira de Cabeça e Pescoço Gramado-RS. Informações: (051) 311-2578.

4 a 6

II Simpósio Ítalo-Brasileiro de Endoscopia Ginecológica e II Jornada Sul-americana de Histeroscopia

Apoio Febrasgo São Paulo-SP. Informações: (011) 212-8655.

9 a 12

XXXI Congresso Brasileiro de Patologia Clínica

Promoção: Sociedade Brasileira de Patologia Clínica Belo Horizonte-MG. Informações: (021) 293-3848.

10 a 13

VII Seminário Internacional de Ortopedia Pediátrica e II Congresso Brasileiro de

Ortopedia Pediátrica

Promoção: Sociedade Brasileira de Ortopedia Traumatologia Fortaleza-CE. Informações: (085) 253-4451.

13 a 17

46.º Congresso Brasileiro de Colo-Proctologia

Promoção: Sociedade Brasileira de Colo-Proctologia Curitiba-PR. Informações: (041) 342-1415.

17 a 20

VII Congresso Médico de Alagoas

Promoção: Sociedade de Medicina de Alagoas Maceió-AL. Informações: (041) 326-5474.

17 a 20

V Encontro Nacional de Aleitamento Materno

Apoio: Associação Médica de Londrina Londrina-PR. Informações: (043) 324-5504.

18

Curso "Anestesia em Obstetrícia"

Promoção da Sociedade de Anestesiologia do Estado de São Paulo

São Paulo-SP. Informações: (011) 163-1388.

19 a 21

III Simbodor - Simpósio Internacional de Dor

São Paulo-SP. Informações: (011) 522-9128.

Acervo técnico

À presidência do CRM-PR. O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, através da Câmara Técnica de Cirurgia Plástica, encaminha cópia do documento intitulado "III Seminário da Câmara Técnica de Cirurgia Plástica", que foi realizado em 29 de outubro de 1996. Para tanto, gostaríamos que os médicos dessa região fossem informados de que esse Conselho Regional recebeu cópia do referido documento e que o mesmo serve de acervo aos interessados.

Conselheira Márcia Rosa de Araújo, coordenadora da Câmara Técnica de Cirurgia Plástica do Cremerj.

N.R. O material relativo ao seminário foi incorporado à biblioteca do CRM-PR, podendo ser acessado para consultas.

Jornal do Conselho

Tenho recebido regularmente a edição do jornal e gostaria de registrar minha alegria pela qualidade das reportagens. Aproveito para anexar artigo que já distribuí em vários jornais do país. Denominado "Injustiças aos médicos", gostaria de vê-lo publicado no jornal do Conselho.

Dr. Vicente de Paula Muniz, da Clínica de Repouso Curitiba

N.R. O material foi analisado pela comissão editorial e será aproveitado em edição iminente.



LUNAR EXPERT XL
O MAIS MODERNO DENSITÔMETRO.
ÚNICO NO PARANÁ.

Dr. Ricardo de Hollanda

CRM 8337

Dra. Ruth M. K. de Hollanda

CRM 8416

Rua Tibagi, 576
10º and. Cj. 1003

233-7891
225-7267
225-7957

DIAGNÓSTICO DE OSTEOPOROSE CONTROLE DO TRATAMENTO

COLUNA • FÊMUR • PUNHO
BACIA • CORPO INTEIRO • CRIANÇAS



Mais de 26.000 pacientes atendidos em 6 anos dedicados exclusivamente ao estudo da Osteoporose.

DENSITOM

CLÍNICA DE DENSITOMETRIA ÓSSEA



Estudo mostra que MS tem recursos para reajustes

Estudo promovido pela Confederação Nacional de Saúde (CNS), entidade representativa dos hospitais e demais estabelecimentos de saúde, demonstra que o Governo Federal dispõe de recursos para saldar as contas atrasadas relativas ao abono de 25% e também para promover reajuste mínimo de mais 10% retroativo a 1.º de julho nas tabelas de procedimentos do SUS. Desde a implantação do Plano Real os valores dos serviços prestados ao sistema público não é reajustado, sendo concedido apenas o abono de 25% em dezembro de 95, retroativo a julho. O percentual até hoje não foi incorporado às tabelas e seu pagamento tem sido desordenado. Em contrapartida, a inflação desde a edição do Real já se aproxima de 70%, contrastando com aumentos nos medicamentos que somam mais de 100%.

O orçamento total do Ministério da Saúde para este ano é de R\$ 20,2 bilhões, sendo 11,3 bilhões para a Fundo Nacional

de Saúde e mais 9,447 bilhões para o custeio do SUS. Assim, o MS destina em média R\$ 787,25 milhões/mês ao SIA e SIH/SUS. Na análise de Enil Barragan, assessor do Sindicato dos Hospitais de São Paulo (Sindhosp), levando em conta os pagamentos efetuados pelo Ministério em março, relativos à competência de janeiro de 97, há um superavit mensal de R\$ 40,99 milhões ao governo, mesmo com o pagamento dos 25% atrasados. Barragan aponta que, com o superávit e o desempenho positivo da arrecadação da CPMF, o governo dispõe de recursos para arcar com os 10% nas competências de julho a outubro de 97, a serem pagos de setembro a dezembro, num custo mensal de R\$ 74.626.367,00 e que totaliza R\$ 298,5 milhões (3,16% do valor do SIA e SIH/SUS).

O levantamento da CNS atesta para 97 gastos mensais de R\$ 746.263.664,81, distribuídos em R\$ 251.582.828,40 para internações, R\$ 229.737.661,09 para ambulatório, R\$ 135.680.442,32

para gestão semi-plena e mais R\$ 149.252.733,00 relativos ao abono de 25%. Em setembro o Ministério da Saúde deve pagar o abono de julho de 97 e de novembro de 96. Em outubro, o abono de agosto e de dezembro de 96. Com isso, zeraria os atrasados e, em novembro, quitaria o de setembro junto com as contas do mesmo mês.

De acordo com o próprio ministro da Saúde, Carlos César Albuquerque, os recursos da CPMF não vão poder ser utilizados nos programas de prevenção. Ele alega que o dinheiro arrecadado tem servido para pagar dívidas anteriores, como a do FAT, que consumiu R\$ 4,4 bilhões dos R\$ 5,7 bilhões do imposto. Questões como a incorporação do abono às tabelas, reajuste adicional, revisão de procedimentos, implantação do PAB em cerca de 3 mil municípios e a distribuição de recursos aos estados estão na iminência de definição na Comissão Tripartite, que mantém em discussão ainda a NOB 96.

Fernando Henrique entrega prêmio Jovem Cientista a professor da PUC

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, entregou o Prêmio Jovem Cientista 97 ao professor e médico bioengenheiro da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Josué Bruginski de Paula. A premiação foi feita no último dia 24 de julho no Palácio do Planalto. Josué venceu o concurso na categoria sobre "novos equipamentos, aparelhos e utensílios para portadores de deficiência" pela criação de um "Oclusor Ativo Implantável para Colostomias". A invenção premiada é um órgão artificial eletromecânico que possibilita uma melhoria na qualidade de vida dos colostomizados, que poderão, em breve, abolir a bolsa de plástico utilizada para coletar fezes.

Priorizado atendimento a vítimas da Talidomida

A Secretaria de Assistência à Saúde emitiu, em 30 de julho, a Portaria n.º 97, que prioriza a concessão de próteses, órteses e demais instrumentos de auxílio às pessoas portadoras de deficiências provocadas pela Talidomida, "considerando o seu caráter indenizatório, mesmo que com produtos importados ou não constantes das tabelas do SUS, dadas as necessidades especiais e a gravidade das deficiências provocadas pela droga". A assistência será através do

Sistema Único de Saúde.

O secretário Antônio Joaquim Werneck de Castro, ao expressar que as vítimas terão acesso a intervenções cirúrgicas e assistência médica, indica que as concessões terão um formulário próprio. A portaria leva em conta a lei de pensão especial de Talidomida, a n.º 7.080, que tem caráter indenizatório, e a Lei 8.686/93, que em seu artigo 3.º prioriza os atendimentos aos portadores da Síndrome da Talidomida.

Pasquini representa América Latina

O professor Ricardo Pasquini, do Serviço de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, foi indicado para representar a América Latina no Conselho do Comitê Executivo da American Society of Hematology (ASH).

Durante o mandato de três anos, Pasquini pretende desenvolver diversas atividades que possam contribuir para a educação e desenvolvimento da

hematologia no Brasil. A realização deste trabalho deve contar com sugestões e idéias para os tópicos: congressos da ASH — espaço para apresentação e discussão de assuntos da América Latina e encontro com especialistas radicados nos EUA que dominem os idiomas espanhol e português—, material educacional —graduação e pós-graduação— e intercâmbio educacional. As sugestões podem ser feitas pelo telefone (041) 262-6665.

CES homologa vacinação

Na 18.ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde, realizada em Campo Mourão, dia 23 de julho, os membros aprovaram por unanimidade a Resolução que institui a obrigatoriedade da vacinação contra o vírus da hepatite B na rotina de atendimento dos recém-nascidos, nas primeiras 12 horas de vida, em todas as maternidades do Paraná. Na reunião, em que o CRM-PR esteve representado por Luiz Carlos Sobânia, foi acolhido o conjunto de propostas da comis-

são constituída para determinar o fim da cobrança complementar nos serviços do SUS. Entre as propostas estão a de que a partir de janeiro de 98 todas as guias de internamentos dos hospitais devam trazer o alerta de que o atendimento pelo SUS é gratuito e que os municípios que ingressarem nas condições de gestão mantenham espécie de ouvidoria para receber e encaminhar queixas de usuários. A 19.ª reunião foi marcada para 27 de agosto, em Curitiba.

CENTRO DE CIRURGIA ESTÉTICA

A LASER

REJUVENESCIMENTO FACIAL A LASER CO₂

- CIRURGIA DE PÁLPEBRAS
- PEELING A LASER - LESÕES DE PELE

CIRURGIA PLÁSTICA CONVENCIONAL

- MAMA - ABDOME - FACE - NARIZ
- LIPOESCULTURA - ORELHA - LIPOASPIRAÇÃO

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Dra. ANA ZULMIRA DINIZ BADIN (CRM 7218)

Dra. LÉA MARA MORAES (CRM 10492)

Clínica

Athena

R. Des. Vieira Cavalcanti, 590 - Mercês

Curitiba/PR - Brasil - CEP 80510-090

Fone: DDI 55 (041) **223-8886**

Fax: (041) **323-1392**

Encontro discute responsabilidade civil e penal dos médicos

Magistrados paulistas reconhecem que Medicina não se obriga pelos resultados e sim pelos meios

O Simpósio Nacional sobre Responsabilidade Civil e Penal de Médicos foi realizado de 14 a 17 de agosto no Hotel Orotour, em Campos de Jordão (SP). A promoção e realização coube à Associação Médica Brasileira, Associação Paulista de Magistrados e seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil. Participaram representantes e membros das três instituições e também de outras de diversas regiões do país.

O Conselho Regional de Medicina do Paraná esteve representado por seu presidente, Luiz Sallim Emed, pelos conselheiros Gerson Zafalon Martins (tesoureiro), Hélcio Bertolozzi Soares (tesoureiro adjunto) e José Luiz de Oliveira Camargo (presidente da Delegacia Regional de Londrina) e ainda pelo consultor jurídico, Antônio Celso Cavalcanti de Albuquerque.

Ao participar dos debates sobre “O papel dos Conselhos Regionais de Medicina nos Processos Judiciais”, Luiz Sallim Emed enalteceu a relevância do encontro, reunindo profissionais médicos e também magistrados e advogados. Destacou a importância de uma discussão mais aprofundada sobre os problemas do exercício da atividade médica em busca de soluções e também para se esclarecer as dificuldades a que todos convivem.

O presidente do CRM-PR apresentou os termos do convênio celebrado no Paraná, com o Ministério Público, que hoje vem sendo objeto de adesão em outras regiões do país. “Entendemos que esse é o caminho adequado, que vai de encontro ao melhor acesso à saúde e que tende a evitar possíveis distorções na interpretação dos casos que se apresentam”, manifestou-se ainda Luiz Sallim

Emed, sem deixar de ressaltar que hoje já há consenso sobre a origem de grande parte dos problemas e que os gestores do sistema público de saúde também estão sendo responsabilizados.

Ainda em sua fala, Luiz Sallim Emed expressou que, à semelhança do que ocorreu com o MP, o Conselho está buscando novos mecanismos de atuação, “sempre com o interesse maior de se colaborar com a Justiça e, ao mesmo tempo, defendendo os interesses e garantias do cidadão e igualmente do médico”.

Durante debates sobre a atividade médica, três magistrados paulistas se manifestaram contrários à corrente de doutrinadores que, nas especialidades de anestesia plástica e anestesia, entendem que o médico se obriga pelos resultados e que se não alcançados obrigariam a indenizar. Os magistrados concluíram que a Medicina não se obriga pelos resultados e sim pelos meios. Não reconhecem, assim, a responsabilidade sem culpa. A obrigação de indenizar, assinalaram, estaria associada à comprovação de que o resultado final da ação médica não foi alcançada por culpa do profissional nos meios empregados. Quer dizer, se agiu com negligência, imprudência ou imperícia.

O assunto teve amplo destaque durante o Simpósio Nacional, devendo merecer abordagem com maior frequência a partir de agora, considerando que a posição exibida publicamente pelos magistrados paulistas é inédita na esfera do Judiciário. Outros temas discutidos no encontro em Campos de Jordão foram “O médico e o Código do Consumidor”, “Obrigatoriedade do Médico em atender o SUS”, “Dano moral em atividade médica”, “A Medicina preventiva do trabalho e sua responsabilidade civil”, “Papel da Medicina Legal nos processos judiciais”, “Implicações éticas do seguro-saúde” e “Papel do corpo clínico no atendimento hospitalar”, dentre outros.



Luiz Sallim Emed, presidente do CRM-PR

Plantão exige presença do médico

O presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná, Luiz Sallim Emed, proferiu palestra na sede da Associação Médica de Pato Branco, em 12 de agosto. A viagem ao Sudoeste do Paraná foi a convite da AMP que, na mesma data, promoveu reunião em sua regional. A fala do presidente do CRM versou sobre “Plantões médicos”, questão de relevância e que representa graves problemas nas cidades de menor porte.

Luiz Sallim Emed destacou que o chamado plantão à distância não é reconhecido e sua prática é recriminada nos vários pareceres dos Conselhos Estadual e Federal. O presidente do CRM reconhece que a principal dificuldade reside no fato de que médicos acabam ficando de plantão e não recebem por isso. Na maioria dos casos não é fixado honorário para cobrir escala de plantão, já que o SUS remunera apenas pelo atendimento realizado.

“Ficar só na possibilidade de ser remunerado é uma situação injusta”, reconhece o presidente do Conselho. Contudo, à vista da lei, a presença do médico no plantão é inquestionável, destaca Sallim Emed, lembrando que igualmente é legítima a cobrança pelo serviço. O caminho, diz, é o entendimento entre os profissionais, a diretoria do hospital e o gestor municipal, a quem cabe a responsabilidade de assegurar atendimento de qualidade à população.

A intervenção do Conselho reside no esclarecimento da lei e na motivação pela discussão em torno do assunto, para se encontrar uma solução. Acentua o presidente do CRM que o médico que assume a responsabilidade pelo plantão deve cumpri-la, sob pena de responder pelas conseqüências decorrentes da ausência no momento emergencial, como aclara o Código de Ética. E se assim cumpre, tem que receber por isso. Cabe o acordo entre as partes para que a espera seja parte integrante da jornada do trabalho ou tenha remuneração apropriada.